**HABILITAÇÃO DE CRÉDITO** O requerente **é credor da requerida** em negócio bilateral de compra e venda, onde o requerente **cumpriu** sua **obrigação ao entregar a mercadoria**, objeto do contrato.

Diante do exposto, requer a habilitação de crédito, como credor quirografário, em Ação alimentar.

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA .... VARA DA FAZENDA PÚBLICA, FALÊNCIAS E CONCORDATAS DA COMARCA DE ....

................................................... (qualificação), pessoa jurídica de direito privado, com sede na Rua .... nº ...., na Comarca de ...., inscrito no CGC/MF sob o nº ...., por seu procurador (mandato incluso), o advogado que ao final assina, devidamente inscrito na OAB/.... sob o nº ...., com escritório profissional na Rua .... nº ...., vem, com o devido acatamento e respeito à presença de Vossa Excelência propor

# HABILITAÇÃO DE CRÉDITO

em face de ......................................, já qualificada nos presentes autos de AUTO FALÊNCIA, decretada em .... do corrente ano.

# ORIGEM E VALOR DO CRÉDITO

I - A Habilitante é credora da MASSA FALIDA pela importância de R$ .... (....), representada pela Nota Fiscal Fatura nº .... (em anexo).

II - A Habilitante é credora da MASSA FALIDA por negócio bilateral de compra e venda de .... caixas de leite em pó, não cumprindo por esta, que deveria pagar a importância do crédito já citado em data de .... e até a presente data não efetuou o pagamento, já que a ora Habilitante cumpriu sua parte no negócio ao entregar a mercadoria acima mencionada.

# CLASSIFICAÇÃO DO CRÉDITO

III- O crédito, no quadro geral dos credores, deverá figurar no rol dos quirografários.

# RECEBIMENTO DE CORRESPONDÊNCIAS

IV- Toda a correspondência destinada à Habilitante deverá ser encaminhada ao subscritor da presente, no endereço preambularmente declinado.

# REQUERIMENTO E PEDIDOS

Diante do exposto, a Habilitante requer, sempre respeitosamente, a Vossa Excelência:

a) digne-se admití-la a HABILITAR O SEU CRÉDITO, pelo montante declarado, o qual deverá ser corrigido monetariamente no momento oportuno;

b) sejam ouvidos a respeito o síndico e o Digno Representante do Ministério Público, para, então, julgar procedente os presentes pedidos, face às alegações expedidas e provas apresentadas;

c) protesta por todos os meios de provas em direito admitidas, inclusive as periciais, para que não sobrem dúvidas sobre os seus direitos.

Atribui-se à causa, para efeitos de alçada, o valor de R$ .... (....).

Termos em que,

Pede Deferimento

...., .... de .... de ....

..................

Advogado OAB/...